

E-PAPER

Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil

Bruno de Vasconcelos Cardoso

Publicado pela Fundação Heinrich Böll Brasil, Junho de 2016

Sobre o autor

Bruno de Vasconcelos Cardoso é Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela UFRJ, Coordenador de pesquisas do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU - IFCS/UFRJ) e Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ).

Publicado pela Fundação Heinrich Böll

Junho de 2016

Revisão: Marilene de Paula

Diagramação: Beto Paixão

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar

Glória – Rio de Janeiro/RJ

20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900

<https://twitter.com/HBSbrasil> | <https://www.facebook.com/bollbrasil/>

info@br.boell.org | www.br.boell.org



Licença Creative Commons: <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Sumário

1. As indústrias de tecnologia e a segurança pública	4
2. O “legado” em segurança dos megaeventos	6
3. Gastos em segurança	8
4. A SESGE	9
5. Conclusão	12
6. Referências bibliográficas	13

1. As indústrias de tecnologia e a segurança pública

A realização de um megaevento internacional necessariamente implica o estabelecimento e/ou reforço de uma série de fluxos de troca e circulação, de pessoas, mercadorias, capitais, tecnologias, *expertises*, promessas e riscos. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, um determinado padrão de fluxos foi estabelecido (ou reforçado) no campo da segurança, com um grande acréscimo nos valores despendidos (Giulianotti & Klauser, 2009) e uma ênfase bem marcada na aquisição de tecnologias de informação e comunicação, voltadas ao estabelecimento de infraestruturas de comando e controle, usadas também para vigilância e monitoramento (Samatas, 2011), assim como em armamento de baixa letalidade, o que no caso brasileiro terá um impacto significativo na atuação policial diante de determinados cenários.

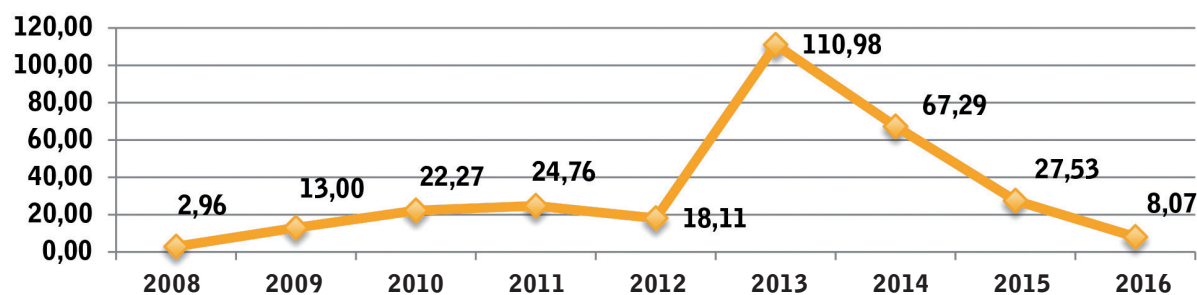
No Brasil, os mais frequentes questionamentos aos gastos que acompanharam os megaeventos tinham como alvo as despesas com construção ou reforma de equipamentos esportivos, contratadas junto às grandes empreiteiras que figuram entre as maiores empresas do país. Entretanto, muitos outros contratos de valores importantes foram firmados, por vezes significando mais do que apenas a transferência de recursos mediante troca entre Estado e iniciativa privada. A construção e operacionalização dos grandes sistemas de tecnologia de segurança insere essas empresas na própria arquitetura de governo e funcionamento do Estado, com um papel que pode extrapolar o mero fornecimento de serviços ou material.

Dessa forma, agentes do setor privado passam não somente a cooperar com o Estado, mas também a co-operar a partir de alguns de seus principais instrumentos de ação e organização no campo da segurança. No caso brasileiro, os investimentos conferem centralidade à construção do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), responsável pela integração coordenada de diferentes órgãos públicos (nas esferas nacional, estadual e municipal) de defesa, segurança pública ou defesa civil, em uma arquitetura institucional que variaria de acordo com as situações e cenários com os quais se tivesse que lidar. Nos discursos oficiais o sistema é apontado com frequência como principal “legado” dos megaeventos no âmbito da segurança e objetivo final de parte considerável dos gastos realizados. Junto com o SICC, as empresas de tecnologia passam a ter papel cada vez mais determinante na operacionalização, na organização e nas opções que são oferecidas às autoridades de segurança pública. Sua atuação não se dá por meio da ingerência direta nas políticas públicas, mas ocorre através da construção de canais de ação “desenhados” por essas empresas através de equipamentos e softwares que privilegiam (embora não determinem) determinadas formas de atuação das forças de segurança. As alterações introduzidas não são negligenciáveis e seguem, de forma não estrita, um padrão de mudanças nos protocolos e estratégias de ação que vem se repetindo em diversos contextos internacionais e que estariam associados a um modelo de “urbanismo militarizado” bem adaptado às transformações socioeconômicas e no espaço público que também acompanharam, ou que foram planejadas para acompanhar, os preparativos para a realização dos megaeventos. Como salientam Giulianotti & Klauser (2009), não se pode ignorar a relação entre estes, as indústrias bélica e de segurança e o modelo de “militarização” das forças de segurança. Os efeitos de tais alterações já

puderam ser sentidos desde os grandes protestos de Junho de 2013, passando por, no caso do Rio de Janeiro, a ocupação policial ou das Forças Armadas de territórios para a implantação de UPPs¹.

Apesar da visibilidade trazida pelo uso de armamentos de menor letalidade, que cresceu proporcionalmente ao considerável aumento nos gastos com esse tipo de material², o principal elemento encarregado dessa transformação é o SICC, criado para operar na Copa do Mundo de 2014. Este consistia em 12 Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) construídos, um em cada cidade-sede, além de um 13o em Brasília (cidade que conta, então, com dois CICCs), de onde era realizado o trabalho de coordenação e supervisão de todos os outros centros, integrados e coordenados através de um complexo sistema de comunicação, permitindo grau elevado de centralização operacional, e fornecido por algumas grandes empresas de tecnologia, contratadas pela Secretaria Extraordinária de Segurança em Grandes Eventos (SESGE). Após a realização da Copa do Mundo, o governo federal vem inaugurando CICCs em todas as capitais do país, e integrando-os ao SICC. Além dos prédios, dos trabalhadores e da infraestrutura tecnológica, compõem o SICC também caminhões com câmeras em plataformas elevadas e com uma pequena sala de comando e controle, helicópteros com imageadores aéreos, ônibus que funcionam como delegacias móveis, além de outros equipamentos.

Gráfico 1: Gastos da União com a Condor S/A (em milhões de Reais)



(Fonte: Portal da Transparência)

¹ Unidade de Polícia Pacificadora, política de ocupação territorial do Estado em favelas dominadas pelo tráfico ou, em casos mais raros, pela milícia.

² Ver gráfico 1, para a evolução dos gastos com a Condor S/A, principal fornecedora à União de armamentos de menor letalidade, de 2008 a 2016.

2. O “legado” em segurança dos megaeventos

Ao contrário do que ocorre em outras áreas, nas quais se discute a permanência ou não de algum “legado” dos megaeventos, no campo da segurança este é visível. Podemos apontar, dentre outros:

- a) infraestrutura tecnológica (softwares, conexão e equipamentos físicos);
- b) infraestrutura de obras (os CICC, por exemplo);
- c) protocolos operacionais (criados e sustentados pelos softwares e sistemas informáticos que integram os diferentes atores, mediam as relações entre eles e registram - e por vezes ordenam - as operações);
- d) arquitetura institucional (o SICC fortalece, nacional e localmente, um modelo que requer a participação de múltiplas agências, dentre órgãos públicos, como as polícias e o corpo de bombeiros, até as empresas que fornecem os sistemas e as “soluções integradoras” que permitem essa participação múltipla);
- e) modelo “gerencial-militarizado” (os princípios de comando e controle, que norteiam e estruturam o SICC, combinam elementos de gerenciamento empresarial, com estratégias de ação e ocupação do espaço e com organização de tipo militar);
- f) (re)aparelhamento das forças de defesa e segurança (armamento de baixa e alta letalidade, viaturas, radiotransmissores, roupas especiais etc.);

O objetivo declarado da constituição do SICC e do reaparelhamento das forças de segurança é a implantação de um novo paradigma operacional baseado em princípios de gerenciamento provenientes do mundo empresarial, reelaborados e adaptados pelas Forças Armadas como uma doutrina militar de operações (ver Cardoso, 2013). O objetivo almejado é maximizar a eficiência das ações em segurança e defesa a partir do compartilhamento de informações, da ação conjunta e da tomada de decisões apoiada em análise situacional e objetivos estratégicos. Ao ser posto em funcionamento, este sistema cria protocolos de ação que tendem a ser repetidos em situações semelhantes, que passam a ser geridas, teoricamente, através de um padrão baseado na eficiência das operações³, muitas vezes levando a críticas por conta de ações percebidas por alguns grupos como fazendo uso de força excessiva⁴, ou desproporcionais às ameaças apresentadas ou resistências colocadas. Estes efeitos são decorrentes da implantação do modelo de “urbanismo militar” (ou de um “novo urbanismo militar” (Graham, 2011)), caracterizado pela propagação de definições e de uma organização militarizada do espaço urbano (Giulianotti & Klauser, 2009), pela normalização de paradigmas militares de ação, pensamento e política pública (Graham, 2011: 60) e pelo crescente uso de tecnologias de comando e controle e um ampliado volume de informações produzidas. Dessa forma, os efeitos associados a esse legado de segurança,

³ O que não pretende significar que, na prática, as coisas ocorram de forma semelhante ao planejado. Frequentemente não é este o caso.

⁴ Por exemplo, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-05/pm-dispersa-manifestacao-de-professores-no-rio-e-nem-batman-escapa> e <https://www.youtube.com/watch?v=MUF4FJwHiWk>.

vistos pelos gestores públicos como positivos, são percebidos por parte da sociedade como negativos por estabelecerem um modelo militarizado de atuação das forças de segurança, e contraditório em relação a uma política de segurança baseada no respeito às liberdades individuais, de associação e aos direitos humanos. A disputa em torno dos efeitos da adoção desse modelo e dos discursos produzidos em torno dele vem se dando de forma pública pelo menos desde os protestos de junho de 2013, embora episódios anteriores, já ligados à realização dos megaeventos – como a operação de desocupação da Aldeia Maracanã, ocorrida em março do mesmo ano – já apresentassem indícios das mudanças em curso. Embora muitos grupos e atores tenham participado do debate, destaca-se o papel do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas na publicização dos debates e na ação de contraargumentação ao discurso do Estado e dos patrocinadores⁵.

5 Disponível em <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/> .

3. Gastos em Segurança

Os Jogos Olímpicos de 2016 têm como particularidade sua continuidade com megaeventos anteriores, com os quais compartilham parcela significativa dos investimentos e preparação. Os gastos da SESGE, por exemplo, se concentraram nos anos de 2013 e 2014, com queda significativa em 2015 (tabela 1). Desde, pelo menos, a Copa das Confederações (em junho de 2013, coincidindo com as Jornadas de Junho), passando pela Jornada Mundial da Juventude, no mesmo ano, e pela Copa do Mundo de 2014, os investimentos em segurança vêm sendo feitos de forma diluída e pulverizada entre vários órgãos, que de uma forma ou de outra tiveram acréscimo em seu orçamento anual por conta da participação na segurança dos megaeventos. Portanto, muitos gastos também podem aparecer sobrepostos, tornando ainda mais impreciso o volume total contratado.

Em relação aos eventos, os dados mais precisos são aqueles relativos à Copa do Mundo de 2014, disponibilizados no Portal da Transparência⁶. O valor total dos contratos públicos em segurança e defesa teria sido de quase 1,858 bilhão de reais⁷, a maior parte em tecnologias de segurança e defesa. Os dados sobre os gastos em segurança com as Olimpíadas ainda não foram publicizados de forma organizada ou oficial. Fontes na imprensa⁸, falam em um orçamento de R\$ 930 milhões, com R\$ 350 milhões para o Ministério da Justiça e 580 milhões para o Ministério da Defesa⁹, o que perfaria aproximadamente 2,8 bilhões de reais gastos, diretamente, na segurança dos dois megaeventos. A coordenação entre, de um lado, Ministério da Defesa e Forças Armadas, e de outro, o Ministério da Justiça e as secretarias estaduais de segurança (nos estados que sediaram jogos da Copa do Mundo), é o elemento central de todo esse esquema de segurança, por isso os orçamentos são divididos e alvo de disputa.

⁶ Disponível em <http://transparencia.gov.br/copa2014/cidades/tema.seam?tema=14&cidadeSede=13>

⁷ Deve-se levar em conta a flutuação cambial do real durante o período.

⁸ Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/governo-e-rio-2016-estimam-que-custo-da-seguranca-nas-olimpiadas-subira-15.html>

⁹ Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2015/08/seguranca-dos-jogos-olimpicos-vai-custar-r-580-milhoes-diz-defesa.html>

4. A SESGE

A coordenação de todas as agências participantes do esquema de segurança dos megaeventos e, por conseguinte, da construção e início de funcionamento do SICC, coube à Secretaria Extraordinária de Segurança em Grandes Eventos (SESGE), criada especialmente para esta tarefa, alocada na estrutura administrativa do Ministério da Justiça, e composta majoritariamente por agentes da Polícia Federal. A SESGE desempenha o papel mais importante na criação da arquitetura institucional desejada e dispôs, de 2012 a 2015, de um orçamento de R\$ 957.506.106,28. Como podemos verificar na tabela 1, mais de 91% destes gastos foram em “equipamento e material permanente” (57,74%), “obras e instalações”(16,77%) e “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” (16,63%). Uma observação da lista das 19 empresas que mais receberam recursos deixa evidente a centralidade dos investimentos em tecnologia da informação e comunicação (tabela 2).

TABELA 1: GASTOS DA SESGE POR RUBRICA, EM REAIS (2012-2015)						
RUBRICA/ ANO	2012	2013	2014	2015	TOTAL	% DO TOTAL
14 - DIÁRIAS CIVIL	1.315.351,50	2.136.887,66	10.785.545,56	2.084.929,06	16.322.713,78	1,70
15 - DIÁRIAS – MILITAR	0,00	5.395,05	0	0	5.395,05	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	64.694,04	14.914.142,09	15.856.515,76	5.809.578,08	36.644.929,97	3,83
33 -PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	921.092,31	2.541.560,35	2.996.344,83	1.098.746,46	7.557.743,95	0,79
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.008.535,27	2.935.464,72	0	74,04	9.944.074,03	1,04
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.603.592,00	7.895.779,45	1.167.475,85	0	11.666.847,30	1,22
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (OUTRAS DESPESAS)	92.460,71	1.909.514,40	38.110.365,94	24.171.096,70	64.283.437,75	6,71
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INVESTIMENTO)	0,00	13.189.152,66	76.791.194,72	5.048.369,49	95.028.716,87	9,92
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.260,35	8.983,69	21.772,41	15.136,00	51.152,45	0,01
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	115.592.452,51	39.063.004,26	5.948.397,22	160.603.853,99	16,77
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.040.634,66	198.321.932,29	316.603.100,20	35.870.551,67	552.836.218,82	57,74
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.956,20	19.366,12	2.523.774,48	2.549.096,80	0,27
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.617,42	892,17	2.093,25	1.322,57	11.925,41	0,00
TOTAL	14.059.238,26	359.458.113,24	501.416.778,90	82.571.975,77	957.506.106,17	100,00

Fonte: Portal da Transparência

TABELA 2: EMPRESAS QUE RECEBERAM MAIS DE 1% DO ORÇAMENTO DA SESGE

EMPRESA	EQUIPAM.E MAT.PERM.	OBRAS E INSTALAÇÕES	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	TOTAL DE GASTOS	% DO TOTAL DE GASTOS
ACECO TI S.A.	0	160.512.345,90	832.463,38	161.344.809,28	16,85
AEROMOT-AERONAVES E MOTORES S.A. [AEROMOT]	79.870.784,09	0,00	20.471.819,99	100.342.604,08	10,48
AGORA - SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	81.088.043,32	0,00	4.811.137,33	85.899.180,65	8,97
ALTAVE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE AERONAVES LTDA [ALTAVE]	20.601.608,00	0,00	2.480.000,00	23.081.608,00	2,41
BANCO DO BRASIL SA [DIREÇÃO GERAL]	13.562.638,73	0,00	4.413.484,95	17.976.123,68	1,88
BILFINGER MAUELL SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA [BILFINGER MAUELL]	9.291.064,98	0,00	13.300.738,45	22.591.803,43	2,36
CLARO S.A.[CLARO]	0,00		12.766.647,85	12.766.647,85	1,33
COMIL ÔNIBUS S.A.[COMIL]	10.605.412,34	0,00	0,00	10.605.412,34	1,11
COMTEX TELECOMUNICAÇÕES	28.307.993,00	0,00	16.861.164,85	45.169.157,85	4,72
CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA [CONDOR]	43.587.174,27	0,00	0,00	43.587.174,27	4,55
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A EMBRATEL	0,00	0,00	9.639.216,05	9.639.216,05	1,01
INBRATERRESTRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA.[INBRALAND]	15.191.145,50	0,00	0,00	15.191.145,50	1,59
MEDIDATA INFORMÁTICA S/A	41.127.499,71	0,00	657.642,68	41.785.142,39	4,36
MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A	0,00	0,00	48.128.587,11	48.128.587,11	5,03
RONTAN ELETRO METALÚRGICA LTDA	50.352.655,11	0,00	435.342,23	50.787.997,34	5,30
STEEL TRUCK INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA [STEEL TRUCK]	15.409.734,07	0,00	318.699,00	15.728.433,07	1,64
TRUCKVAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	42.542.996,56	0,00	0,00	42.542.996,56	4,44
UNISYS BRASIL LTDA [UNISYS]	42.625.682,07	0,00	12.452.469,84	55.078.151,91	5,75
WELSER ITAGE PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S/A [WELSER ITAGE]	16.684.348,05	0,00	0,00	16.684.348,05	1,74
TOTAL GASTO PELA SESGE				818.930.539,41	85,52

Fonte: Portal da Transparência

Além da participação dessas empresas na operacionalização da segurança pública, o volume elevado de gastos e a possibilidade destas fecharem grandes contratos com o Estado – o que, por seu efeito de visibilidade, pode levar a outros contratos locais ou internacionais – tornam bastante frequentes denúncias de casos de corrupção. Em 2015, conforme noticiado na imprensa local e internacional, uma investigação interna da empresa alemã Bilfinger

Mauell¹⁰ levantou suspeitas de práticas de suborno a agentes públicos brasileiros, quando das licitações para equipar os CICC's com *videowalls*, em caso que lembra o ocorrido nas Olimpíadas de Atenas, com a empresa Siemens, também alemã (Samatas, 2011) .

Os gastos da SESGE são bastante representativos do modelo de relação com empresas privadas descrito no início deste artigo. Como podemos ver na tabela 3, as dez empresas que tiveram contratados os maiores valores concentraram 70,46% dos investimentos do órgão ao longo de 4 anos. Apenas as três que receberam mais recursos (Aceco¹¹, Aeromot¹² e Agora¹³) somam R\$ 347,58 milhões.

TABELA 3: DEZ EMPRESAS QUE MAIS RECEBERAM RECURSOS DA SESGE (2012-2015)					
EMPRESA	EQUIPAM. E MAT. PERM.	OBRAS E INSTALAÇÕES	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	TOTAL DE GASTOS	% DO TOTAL DE GASTOS
ACECOTI S.A.	0	160.512.345,90	832.463,38	161.344.809,28	16,85
AEROMOT-AERONAVES E MOTORES S.A. [AEROMOT]	79.870.784,09	0,00	20.471.819,99	100.342.604,08	10,48
AGORA - SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	81.088.043,32	0,00	4.811.137,33	85.899.180,65	8,97
UNISYS BRASIL LTDA [UNISYS]	42.625.682,07	0,00	12.452.469,84	55.078.151,91	5,75
RONTAN ELETRO METALÚRGICA LTDA	50.352.655,11	0,00	435.342,23	50.787.997,34	5,30
MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A	0,00	0,00	48.128.587,11	48.128.587,11	5,03
COMTEXTELECOMUNICAÇÕES	28.307.993,00	0,00	16.861.164,85	45.169.157,85	4,72
CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA [CONDOR]	43.587.174,27	0,00	0,00	43.587.174,27	4,55
TRUCKVAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	42.542.996,56	0,00	0,00	42.542.996,56	4,44
MEDIDATA INFORMÁTICA S/A	41.127.499,71	0,00	657.642,68	41.785.142,39	4,36
TOTAL RECEBIDO PELAS 10 EMPRESAS QUE MAIS RECEBERAM				674.665.801,44	70,46
Total gasto pela Sesge					957.506.106,28

Fonte: Portal da Transparência

¹⁰ A Bilfinger Mauell recebeu 22,59 milhões de reais da SESGE (fonte: Portal da Transparência. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/mj-e-empresa-alema-investigam-pagamento-de-propina-em-prestacao-de-servico>)

¹¹ Centros Integrados de Comando e Controle, data centers, salas-cofre e "soluções end-to-end". Disponível em <http://www.acecoti.com.br>

¹² Projeto de videoimageamento e monitoramento aéreo, com sistema instalado em helicópteros. Disponível em http://www.aeromot.com.br/?page_id=317

¹³ "Soluções em telecomunicações", oferece plataformas integradoras e comunicacionais. Disponível em <http://www.agoratelecom.com.br>

5. Conclusão

Deve-se, certamente, destacar o grande investimento realizado em armamento de menor letalidade, comercializados pela empresa química Condor, que vendeu R\$ 43,59 milhões de reais em produtos à SESGE, aparecendo em oitavo no ranking. A multiplicação de situações e ocasiões em que tais armamentos são utilizados contra a população – seja na desocupação violenta de áreas da cidade, na repressão a manifestações, ou mesmo na contenção de blocos de carnaval - tem relação direta com a aquisição maciça desses produtos e a implementação de uma lógica de atuação “militarizada” que se aplica de forma crescente. Contudo, o mais notável é que oito dessas dez empresas foram contratadas diretamente para a criação do SICC¹⁴, que assim se consolida como modelo nacional de segurança ao criar, uma vez instalado, uma constante demanda por atualização, reparo, adaptação, equipamentos, pessoal e mais recursos. Também essas demandas orçamentárias tendem a reforçar a centralidade do sistema integrado. E, mais até do que um modelo, o SICC é uma importante tecnologia de governo que tende a cada vez mais ser empregada, em situações que muitas vezes pouco lembram cenários típicos de intervenção das forças de segurança – eleições, dias de festa, eventos esportivos, deslizamentos, enchentes, acidentes, trânsito congestionado, etc. E através dessa tecnologia de governo, cada vez mais aplicada, fica como “legado” de segurança dos megaeventos um modelo de atuação e gerenciamento dos espaços públicos “empresarial-militarizado” que, junto com outros fatores, colabora para a transformação em curso do Estado brasileiro e seus instrumentos de funcionamento.

14 Além da Condor, apenas a Rontan, fornecedora de viaturas, e que aparecia em sexto lugar, não estava diretamente ligada ao SICC.

6. Referências Bibliográficas

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. "Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública". *Horizontes antropol.* [Online]. 2013, vol.19, n.40

GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco. "Security Governance and Sport Mega-events: Toward an Interdisciplinary Research Agenda". *Journal of Sport and Social Issues* XX(X) 1–13. 2009.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: the new military urbanism*. Verso; London & New York. 2011.

SAMATAS, Minas. "Surveilling the 2004 Athens Olympics in the aftermath of 9/11", (pp. 55-71), in BENNETT, Colin; HAGGERTY, Kevin (orgs.). *Security Games: surveillance and control at Mega-Events*. Routledge, Oxon & New York (2011).

E-PAPER

Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil

Bruno de Vasconcelos Cardoso

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar

Glória – Rio de Janeiro/RJ

20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900 | <https://twitter.com/HBSbrasil> | <https://www.facebook.com/bollbrasil/>
info@br.boell.org | www.br.boell.org

Heinrich Böll Stiftung

Schumannstraße 8, 10117 Berlin

+49 30 285 34 0

info@boell.de | www.boell.de